

Introdução

As notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, têm como principal finalidade facultar um completo entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de prestação de contas exigidas no ponto 2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e na Resolução n.º 4/2001, de 18 de Agosto do Tribunal de Contas, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

Efectivamente, as demonstrações financeiras por si só, não evidenciam, nem esclarecem todas as situações subjacentes aos valores apresentados. Os anexos indicados no POCAL referem-se essencialmente a dois dos sistemas contabilísticos exigidos: contabilidade orçamental e contabilidade patrimonial.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL, omitindo-se as notas relativamente às quais se considere não existir informação que justifique a sua divulgação, mantendo-se contudo, o número de ordem das que o forem.

Os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efectuados de acordo com os princípios definidos no ponto 3.2 do POCAL. De acordo com o princípio da continuidade estabeleceu-se uma correlação entre Balanço Final de 2011 e Balanço Final de 2012.

Em observância com o disposto no POCAL, a óptica patrimonial prevalece sobre a óptica económica, excepto para a contabilização das aquisições de bens através da locação financeira, onde se aplica o princípio da substância sobre a forma.

8.1 Caracterização da Entidade

A informação de identificação e caracterização do Município de Castelo de Paiva, encontra-se mencionada no mapa síntese que acompanha a prestação de contas ao Tribunal de Contas, conforme consta do disposto na Resolução n.º 4/2001, de 18 de Agosto do Tribunal de Contas.

8.2 Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8.2.1 Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excepcionais devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos no balanço e demonstração de resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da autarquia local.

O POCAL obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e de Custos. O Município iniciou a implementação da contabilidade de custos durante o exercício de 2010. Contudo, por falta de recursos humanos com o Know -How técnico necessário ao acompanhamento do desenvolvimento e utilização efectiva deste sistema de contabilidade, não tem sido possível a sua implementação efectiva. Constrangimento que o Município irá tentar resolver com recurso

Município de Castelo de Paiva

ao apoio de entidades externas e mediante formação que possa ser disponibilizada aos funcionários que integram o sector da contabilidade.

Não obstante, apesar do funcionamento deste sistema contabilístico, ainda não se encontrar em pleno, tal não teve qualquer efeito no Balanço e na Demonstração de Resultados de 2012, pelo que a informação neles expressa, reflecte a imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo, dos fundos próprios e dos resultados da Autarquia.

8.2.2 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

A comparabilidade das contas de balanço e da demonstração de resultados aplica-se a todas as rubricas que constituem estas duas demonstrações financeiras.

8.2.3 Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

Imobilizado

De um modo geral, o imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, com excepção daquele que, na inventariação inicial, se desconhecia o valor de aquisição ou de produção, sendo nestes casos considerado o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos pelos Serviços de Finanças. As amortizações dos bens do activo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril. Os bens de reduzido valor são totalmente amortizados no ano de aquisição, atento ao critério de materialidade.

Existências

A valorização das existências é efectuada através do custo de aquisição, de acordo com os registos e respectiva documentação que os suporta. O custo médio ponderado é o método utilizado para as saídas de armazém.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Seguindo o princípio contabilístico da prudência em detrimento do princípio do custo histórico utilizado nas operações de relações com terceiros, a rubrica da provisão para dívidas de cobrança duvidosa, corresponde a valores sobre os quais existe incerteza de cobrança efectiva e são provisionadas em função do período dos saldos em dívida e da probabilidade de perda que lhe está associada.

Município de Castelo de Paiva

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respectivamente, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

Provisões

As provisões para cobranças duvidosas correspondem aos montantes anuais em dívida apurados pelos serviços da Autarquia responsáveis pelas contra-ordenações e execuções fiscais relativas a dívidas de terceiros, cuja mora é superior a seis meses, sendo o montante anual calculado de acordo com o ponto 2.7.1 do POCAL, ou seja da seguinte forma:

- a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

As provisões para riscos e encargos compreendem na sua totalidade a rubrica dos processos judiciais em curso, representando, o montante da indemnização ou encargo que a Autarquia prevê suportar relativamente a processos judiciais cuja resolução pelos Tribunais esteja em curso. Neste âmbito, o valor constituído teve por base a informação do gabinete jurídico da Autarquia sobre os processos judiciais em curso e as informações recolhidas sobre a probabilidade de condenação do Município junto dos mandatários nomeados para este efeito, tendo-se adoptado o seguinte critério:

- a) Probabilidade de condenação muito baixa, provisão nula;
- b) Probabilidade de condenação média, constituição de provisão igual a 75% do valor da acção;
- c) Probabilidade de condenação elevada, constituição de provisão igual a 100% do valor da acção.

Remunerações a liquidar

Incluída na rubrica de acréscimos e diferimentos do Passivo, corresponde à estimativa de férias e mês de férias, baseados nos valores fornecidos pela secção de pessoal correspondentes ao exercício em apreço e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais no final de 2012, perante os funcionários pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar em 2013.

Acréscimos e Diferimentos

A Autarquia regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio de especialização do exercício, pelo que são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas e pagas, com excepção dos valores contabilizados na rubrica de "Proveitos Diferidos - Subsídios para Investimentos".

Com efeito, ao longo dos anos, a contabilização dos proveitos diferidos para subsídios ao investimento é feita a cada recebimento e não com a homologação do projecto, não sendo efectuada a discriminação por projecto, o que impossibilitou os serviços de efectuar (em tempo útil) a desagregação do valor total desta rubrica e, consequentemente identificar os bens imobilizados adquiridos em cada projecto e as

Município de Castelo de Paiva

respectivas amortizações, no sentido de se efectuar os ajustamentos necessários. Neste âmbito, o POCAL preconiza que estes subsídios sejam reconhecidos como proveitos, numa base sistémica, à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam, razão pela qual será necessário efectuar uma relação das amortizações já reconhecidas para os bens em causa, por projecto, no sentido de se apurarem os ajustamentos a efectuar nesta conta por contrapartida das respectivas variações patrimoniais do exercício e de exercícios anteriores, trabalho só possível de realizar durante o ano de 2013, atendendo à sua complexidade e à falta de recursos técnicos disponíveis para este efeito.

8.2.7 Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço podem ser resumidos como se segue:

ACTIVO BRUTO						
(Unidade: Euros)						
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
De bens de domínio público:						
Terrenos e recursos naturais	1.063.817,57	0,00	7.465,06	0,00	0,00	1.071.282,63
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	5.316.543,97	0,00	0,00	0,00	0,00	5.316.543,97
Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	6.380.361,54	0,00	7.465,06	0,00	0,00	6.387.826,60
De imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	3.324.942,70	0,00	747.079,40	255.620,00	-7.461,29	3.808.940,81
Edifícios e outras construções	24.545.286,89	0,00	121.572,42	0,00	-11.172,05	24.655.687,26
Equipamento básico	56.309,40	0,00	387,45	0,00	0,00	56.696,85
Equipamento de transporte	999.498,01	0,00	5.553,56	0,00	0,00	1.005.051,57
Ferramentas e utensílios	15.767,04	0,00	412,05	0,00	0,00	16.179,09
Equipamento administrativo	1.022.102,73	0,00	3.333,30	0,00	0,00	1.025.436,03
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	579.226,53	0,00	1.139,00	0,00	0,00	580.365,53
Imobilizações em curso	3.164.391,64	0,00	110.888,73	0,00	0,00	3.275.280,37
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	33.707.524,94	0,00	990.365,91	255.620,00	-18.633,34	34.423.637,51
De investimento financeiros:						
Partes de capital	177.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	177.300,00
Obrigações e títulos de participação	135.453,81	0,00	0,00	0,00	0,00	135.453,81
Investimento em imóveis:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos da dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamento por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	312.753,81	0,00	0,00	0,00	0,00	312.753,81
Total	40.400.640,29	0,00	997.830,97	255.620,00	-18.633,34	41.124.217,92

Amortizações e Provisões

(Unidade:Euros)

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	1.516.183,18	238.928,31	-143,42	1.754.968,07
Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de dominio publico	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	1.516.183,18	238.928,31	-143,42	1.754.968,07
De Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00
De Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	2.911.094,00	784.274,12	3,16	3.695.371,28
Equipamento básico	18.272,73	4.379,65	0,00	22.652,38
Equipamento de transporte	675.789,69	30.306,93	0,00	706.096,62
Ferramentas e utensílios	13.110,72	692,66	0,00	13.803,38
Equipamento administrativo	878.467,37	19.623,24	0,00	898.090,61
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	292.240,75	15.083,94	0,00	307.324,69
Sub-total	4.788.975,26	854.360,54	3,16	5.643.338,96
De investimento financeiros:				
Partes de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimento em imóveis:	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos da dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	6.305.158,44	1.093.288,85	-140,26	7.398.307,03

8.2.8 Desagregação de cada uma das rubricas dos mapas antecedentes

Cada uma das rubricas dos mapas antes citados encontra-se desagregada de modo a evidenciar a informação exigida (Anexos Documentais - Fichas de Amortizações), com a excepção da inventariação do imobilizado em curso, processo ainda não concluído pelos respectivos serviços do Município, tendo em conta o volume, a especificidade de informação a tratar, e a falta de recursos para a preparação da informação com o nível de descrição solicitado neste ponto.

8.2.12 Imobilizações em poder de terceiros:

Cedidos por Protocolo de Cedência ou Contrato de Concessão

Designação	Valor Bruto	Entidade
Póidesportivo de Felrão	74.820,00	Associação Desportiva e Cultural de Balmos
Póidesportivo Quinta do Pinheiro	29.927,87	Grupo Desportivo e Cultural de Castelo de Paiva
Póidesportivo da Cruz da Carreira	54.867,77	NNMM - Gestão de Equipamentos Desportivos, Lda
Auditório Municipal	663.235,00	Academia de Música de Castelo de Paiva
Edifício Hospital Oliveira do Arda	124.698,47	Centro Social do Coulo Mineiro do Pejão
TOTAL	947.550,11	

Município de Castelo de Paiva

Imobilizações Reversíveis

I. Terrenos Cedidos em Direito de Superfície para a Construção de Equipamentos Desportivos

(Unidade:Euros)

Designação	Valor Bruto	Entidade
Campo de Jogos Municipal de Oliveira do	259.374,91	Oliveirense Futebol Clube
TOTAL	259.374,91	

II. Terrenos Cedidos em Direito de Superfície para a Construção de Equipamentos Sociais

(Unidade:Euros)

Designação	Valor Bruto	Entidade
Terreno - Lote 29 - Quinta da Devesa	186.475,60	Centro Social de Santa Maria de Sardoura
TOTAL	186.475,60	

8.2.16 Identificação das entidades participadas - societárias e não societárias

(Unidade:Euros)

Entidades Participadas - Societárias e não Societárias		Tipo de Entidade	Parcela Detida		Resultados do Último Exercício		
Designação	Sede		Valor	%	Capital Próprio	Resultado Líquido	Exercício
(1)AIMRD	Ayto.Laguna de Duero. Plaza Mayor. N.º1 - 47140 Laguna de Duero - Valladolid Espanha	ENS	NA	NA	NA	NA	2012
CIM -TS	Av. José Júlio, 42 - 4560-547 PENAFIEL	ENS	NA	NA	1.549.398,10	780.015,95	2012
AMVS	Pr. D. António Meireles, n.º 45 - 4620-130 Lousada	ENS	NA	NA	10.967.210,03	796.598,53	2012
ANMP	Av. Mamoco e Sousa, 52 - 3004-511 Coimbra	ENS	NA	NA	1.818.056,46	300.514,87	2012
IAREN	Rua Dr. Eduardo Torres, 229 - 4450-113 Matosinhos	ENS	NA	NA	3.024.969,81	40.157,56	2012
ADRMAG	Praça Brandão Vasconcelos, 10 - 4540-110 Arouca	ENS	NA	NA	ND	ND	2012
CARNAGRI	Lugar da Carneira de Tiro - Bustelo - 4564-909 Penafiel	ES	55.300,00	0,84%	8.240.616,90	-9.359,38	2012
ADP	Rua de Vilar, 235 - 5.ª - Apartado 55145 - 4050-626 Porto	ES	55.420,00	0,29%	30.812.470,00	2.404.636,00	2012
SIMDOURO	Rua Marir S. Sebastião, n.º 251 - 1.ª A 4400-499 Vila Nova de Gaia	ES	177.300,00	0,77%	13.306.259,00	72.219,00	2012
INVENT	Rua Jaime Lopes Amorim, s/n - 4465-004 S. Mamede Infesta	ENS	NA	NA	NA	ND	2012
TPNP	Castelo Santiago da Barra 4900-360 Viana do Castelo	ENS	NA	NA	1.417.253,58,00	341.468,68	2012

Designação Sigla:

(1) AIMRD - Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro (entidade sem contabilidade organizada)_Recib.:165.006,96€; Pagt:144.364,61€; Património:350.817,87€

CIM -TS - Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa

Associação de Municípios do Vale do Sousa

CIM -TS - Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa

AMVS - Associação de Municípios do Vale do Sousa

ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses

IAREN - Instituto da Água da Região Norte

ADRMAG - Assoc. Rural Integrado das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira

CARNAGRI - Matadouro Regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, SA

ADP - Águas do Douro e Paiva, SA

SIMDOURO - Saneamento do Grande Porto, SA

INVENT - Associação para a Competitividade e para a Inovação

TPNP - Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER

Outras Sigla:

ENS - Entidade não societária

ES - Entidade societária

NA - Não aplicável

ND - Informação não disponível aquando da elaboração deste documento

8.2.22 Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

O total das dívidas de cobrança duvidosa encontra-se registado na conta **21.8 - Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa** e ascende no exercício de 2012 ao valor bruto de 61.628,41 euros.

Município de Castelo de Paiva

8.2.26 Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e caucões prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:

(Unidade: Euros)

Código e Designação das Contas	Saldo da gerência anterior	Movimento anual		Saldo para a gerência seguinte
		Débito	Crédito	
Garantias e caucões.....	195.641,73	41.823,42	26.025,19	211.439,96
Recibos para cobrança.....	55.812,59	164.359,83	158.544,01	61.628,41
	251.454,32	206.183,25	184.569,20	273.068,37

8.2.27 Provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:

(Unidade: Euros)

Código das contas		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	46.193,12	6.010,60	0,00	52.203,72
292	Provisões para riscos e encargos	1.051.801,66	0,00	193.674,63	858.127,03
39	Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	1.097.994,78	6.010,60	193.674,63	910.330,75

Como já foi referido no ponto 8.2.2 deste documento, foram constituídas provisões dando cumprimento ao disposto no ponto 2.7.1 do POCAL, com a finalidade de considerar uma dotação destinada a contrabalançar encargos ou prejuízos imputáveis ao exercício, mas de valor incerto ou de concretização posterior, representando assim, uma constituição de um fundo para fazer face a perdas de que ainda não se sabe o valor exacto (perdas potenciais).

Para efeitos de constituição da provisão para cobranças duvidosas, considerou-se as dívidas de terceiros em mora há mais de seis meses, sendo o montante anual determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- c) 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- d) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

No caso das provisões para riscos e encargos o valor considerado refere-se ao montante da indemnização ou encargo que a Autarquia prevê suportar no âmbito de processos judiciais em curso.

8.2.28 Fundo Patrimonial

(Unidade: Euros)

Conta	Fundos Próprios	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51	Património	13.550.444,33	0,00	0,00	13.550.444,33
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Reservas de reavaliação	286.852,05	0,00	0,00	286.852,05
57	Reservas:	655.721,38	25.500,00	0,00	681.221,38
571	Reservas legais	640.120,11	0,00	0,00	640.120,11
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00	0,00	0,00
573	Reservas contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
574	Reservas livres	0,00	0,00	0,00	0,00
575	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00
576	Doações	15.601,27	25.500,00	0,00	41.101,27
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	0,00	0,00	0,00	0,00
578	Regularizações entidades participadas	0,00	0,00	0,00	0,00
59	Resultados transitados	-2.632.280,29	382.446,74	102.166,93	-2.352.000,48
88	Resultado líquido do exercício	-435.887,50	1.046.736,37	-435.887,50	1.046.736,37
	TOTAL	11.424.849,97	1.454.683,11	-333.720,57	13.213.263,65

Município de Castelo de Paiva

8.2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, como segue:

(Unidade: Euros)

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	0,00	146.654,67
Compras	0,00	267.446,70
Regularização de existências	0,00	-2.447,01
Existências finais	0,00	131.788,57
Custos no exercício	0,00	279.865,79

8.2.31 Demonstração dos resultados financeiros

(Unidade: Euros)

Códigos contábeis	Custos e Perdas	Exercícios		Códigos contábeis	Projetos e Ganhos	Exercícios	
		2012	2011			2012	2011
681	Juros Suportados	289.998,98	433.109,91	781	Juros recebidos	288,74	353,94
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Anulizações invest. em imóveis	0,00	0,00	783	Perdas em investimentos em imóveis	0,00	0,00
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Perda de participações de capital	0,00	1.792,43
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplic. Tesouraria	0,00	0,00	786	Desc. Provisão pagamento de títulos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	7.157,76	12.431,12	787	Ganhos na alienação de aplic. Tesour.	0,00	0,00
				788	Outros proventos e ganhos financeiros	0,00	0,00
	Resultados financeiros	-304.097,74	-440.157,83				
		288,74	539,37			288,74	539,37

Os resultados financeiros mantiveram-se negativos em 2012, no entanto face ao ano anterior verificou-se uma ligeira melhoria essencialmente por via de uma redução dos Juros Suportados em cerca de 31%.

8.2.32 Demonstração dos resultados extraordinários

(Unidade: Euros)

Códigos contábeis	Custos e Perdas	Exercícios		Códigos contábeis	Projetos e Ganhos	Exercícios	
		2012	2011			2012	2011
691	Transferências de capital concedidas	118.341,31	128.533,33	791	Restituição de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas indezíveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	244,70	91,42	793	Ganhos em existências	320,30	13.888,20
694	Perdas em imobilizações	20.204,14	18.888,33	794	Ganhos em imobilizações	72.000,00	13.356,66
695	Multas e penalidades	0,00	1.000,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	8.623,46	34.151,25
696	Anulizações de anulizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de anulizações e provisões	18.674,66	0,00
697	Correções relativas a exercícios anteriores	12.437,46	40.220,55	797	Correções relativas a exercícios ant.	20.155,67	28.266,64
698	Outros custos e perdas extraordinários	39,44	34.887,88	798	Outros proventos e ganhos extraordin.	76.083,30	24.928,60
	Resultados extraordinários	47.969,55	-29.036,15				
		581.783,33	304.500,34			581.783,33	304.500,34

Os Resultados Extraordinários contribuíram positivamente para o total dos resultados do exercício em € 47.916,95. Para a sua formação contribuíram sobretudo a rubrica de proveitos com Correções Relativas a Exercícios Anteriores, movimentada sobretudo por ajustamentos às contas de imobilizado e movimentos de estorno de custos suportados em 2011, e a rubrica de Reduções de Provisões movimentada pelo efeito da redução das provisões para processos judiciais em curso. Estes factos foram porém parcialmente compensados pela rubrica de Perdas em Imobilizações, movimentada no exercício por abates de imobilizado.

8.3 - Notas sobre o processo orçamental e respectiva execução

A informação sobre este ponto consta dos mapas acompanham os documentos de prestação de contas do Município, construídos de acordo com o definido no POCAL, designadamente no que se refere aos seguintes pontos:

8.3.1 - Modificações do Orçamento

8.3.1.1 - Modificações do Orçamento - Receita

8.3.1.2 - Modificações do Orçamento - Despesa

8.3.2 - Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos

8.3.3 - Contratação Administrativa

8.3.3.1 - Situação dos Contratos

8.3.4 - Transferências e Subsídios Concedidos e Obtidos

8.3.4.1 - Transferências Correntes - Despesa

8.3.4.2 - Transferências Capital - Despesa

8.3.4.4 - Transferências Correntes - Receita

8.3.4.5 - Transferências Capital - Receita

8.3.6 - Situação e evolução da dívida e dos juros

8.3.6.1 - Empréstimos

8.3.6.2 - Outras Dívidas a Terceiros

